

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO – SC

Luciane Teresinha de Moraes

Especialização em Desenvolvimento Regional sustentável
lucianemor@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni

Doutor em Ciências Contábeis e Administração
sady@unochapeco.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Programa Bolsa Família sobre o desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo – SC. No Brasil, o Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do governo federal, contribui no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Atende 13,9 milhões de famílias em todo o território nacional. O benefício é voltado para famílias extremamente pobres (renda *per capita* mensal de até R\$ 85,00) e pobres (renda *per capita* mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00). Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, norteada por sete questões. O universo pesquisado foi com 22 famílias beneficiárias. A análise das respostas dissertativas foi realizada de maneira qualitativa. As entrevistadas demonstraram que houve mudanças positivas em relação às condições de vida a partir da adesão ao programa e destacaram que o recurso tem mais relevância para adquirir alimentos, seguidos de compra de vestuário, material escolar, pagamentos da fatura de energia elétrica, água e aluguel. Os resultados obtidos neste trabalho mostram que transferências de renda no molde do programa Bolsa Família podem resultar em impactos positivos sobre o desenvolvimento social e econômico do município, proporcionando aos beneficiários melhores condições de vida.

PALAVRAS CHAVES: Bolsa família, políticas sociais de transferência de renda e desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem historicamente sofrido com a má distribuição de renda, por ter um grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo.

Por isso, a necessidade de criar políticas sociais de transferência de renda com o intuito de remediar os danos causados pelo capitalismo, que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Estado tem o papel de intermediador entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade.

Cotidianamente, países em desenvolvimento vêm buscando estratégias que conciliem a redução da pobreza e da desigualdade com o desenvolvimento. Políticas sociais – em particular a nova geração de programas de garantia de renda implementados na América Latina e em países do continente africano nos últimos anos – integram pacotes de desenvolvimento comprometidos com esses objetivos. Nos programas de renda garantida, a conexão entre redistribuição e desenvolvimento se daria pela focalização nos mais pobres e

pelo condicionamento dos benefícios à educação das crianças, o que aumentaria suas capacitações futuras.

De acordo com Costa et al. (2012, p. 205.)

A focalização, parte central no desenho do programa, tem sua base no conceito de discriminação positiva. Assim, o programa elege seu público-alvo de acordo com suas necessidades imediatas para sobrevivência. A renda é o critério utilizado para mensurar o tamanho da necessidade e é o principal identificador das famílias que podem se inscrever no programa.

Segundo Tavares et al. (2009, p.29)

Sabe-se que o sucesso de um programa social em promover mudanças nas condições socioeconômicas dos beneficiários depende do seu grau de focalização. De maneira geral, a gestão do PBF é bem avaliada: diversos autores apontam a boa focalização do programa e evidenciam sua importância para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros nos últimos anos.

Estudos têm mostrado que o Programa Bolsa Família é uma política social de transferência de renda que tem efeito importante na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, reduzindo a desigualdade social, pois através do acesso a renda os beneficiários possui mais autonomia, poder de compra, melhorando significativamente a sua qualidade de vida.

Segundo pesquisas realizadas pelo IPEA (2006), as transferências públicas de renda – que incluem aposentadorias, pensões e programas sociais – tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) – são responsáveis por cerca de um terço dessa redução da desigualdade de renda nos últimos anos.

Para Milanez e Silva (2016) o PBF, gera impacto positivo na economia do município, ampliando e incentivando a produção local.

Outro papel importante que o programa contribuiu foi de dar visibilidade, para as pessoas mais vulneráveis, pois ter acesso a garantia dos direitos sociais e fundamentais como é o caso do acesso a alimentação, saúde e educação.

Diante do exposto, e de vários estudos já realizados referente ao impacto do Programa Bolsa Família, onde buscaram avaliar o impacto do PBF sobre o cumprimento das condicionalidades exigidas, por exemplo, frequência à escola ou acesso a saúde, alimentação, redução da pobreza, desigualdade social e na redução do trabalho infantil. No entanto, esta pesquisa tem como foco analisar o impacto do programa Bolsa família sobre o desenvolvimento social e econômico do município pretende responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo - SC? Analisar se as famílias beneficiárias tiveram melhorias em seu bem-estar, se ampliou o poder econômico, de consumo, de visibilidade, se o não acesso das famílias ao programa tem impacto negativo para o desenvolvimento do município, compreendendo que desenvolvimento não se refere apenas ao crescimento econômico, mas sim na melhoria da qualidade de vida com acesso aos direitos sociais considerados básicos para a sociedade.

Este trabalho é dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A seção 2 consiste de uma revisão da literatura em que discute o desenvolvimento regional, as políticas sociais de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Na seção 3, apresenta-se a Metodologia utilizada. Na seção 4 discutem-se os resultados e na seção 5 apresentam-se as conclusões.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Desenvolvimento Regional

Quanto ao processo de desenvolvimento econômico, Lima (2009, p. 06) menciona:

O processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda parte. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e que, uma vez iniciado em determinados pontos, possui a característica de fortalecer áreas/regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. Assim, a dinâmica econômica regional torna-se objeto de estudo bastante complexo, dadas as inter-relações existentes dentro e entre diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia nacional.

Quanto ao desenvolvimento, Vasconcelos e Garcia (1998, p.205) assim descrevem:

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Milone (1998) argumenta que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar. Já na segunda corrente, estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Para alguns pensadores o desenvolvimento da indústria foi visto como crescimento econômico. Sliwiany (1987) argumenta que a industrialização não gera unicamente aumento do produto e da renda nacional, ela amplia a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento (qualidade de vida), pois provoca, dentre outros fatores, a destruição e poluição do meio ambiente, distorções de urbanização e alienação do ser humano.

Cano (1985, p.29) observa que nas regiões industrializadas do Brasil “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muito mais favelas”.

De uma perspectiva convencional, desenvolvimento regional é o aumento da capacidade produtiva de uma dada região, que conduz a um maior bem-estar material para todos os que nela vivem. Está subentendido que, mesmo nas *regiões mais desenvolvidas*, nas quais seus habitantes desfrutam de bem-estar material mais elevado, perseguir-se-á um crescimento ainda maior das forças produtivas aí mobilizáveis (THEIS, 2015).

Em suma, para atingir desenvolvimento, não podemos pensar apenas em crescimento econômico, pois desenvolvimento não pode ser visto apenas como elevação da riqueza, de capital, precisa ser entendido como um todo, alcançar o bem-estar das pessoas, reduzir as desigualdades sociais e pensar em políticas públicas de distribuição de renda que almejam a qualidade de vida de todos, isto quer dizer distribuição da riqueza socialmente produzida e não concentração de renda nas mãos de uma parcela da sociedade.

2.2. Políticas Sociais de Transferência de Renda

Maia (2008, p.03) declara que, as Políticas Sociais intervêm do Estado nas questões sociais existentes, para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior.

Para Correa (2011) as políticas sociais têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade.

Pode-se dizer que as políticas de transferência de renda começam a fazer parte da agenda pública a partir de 1991, quando é apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei do senador petista Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com uma renda de até 2,25 salários mínimos nos valores atuais.

A partir de 2003 os Programas de Transferência de Renda no Brasil parecem atingir um novo patamar no seu conteúdo e forma de gestão quando se inicia o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrem mudanças quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas direcionadas para construção de uma Política Pública de Transferência de Renda. O Programa Bolsa Família, é o maior programa de transferência de renda do mundo, celebra o mérito de ter se tornado referência mundial no combate à pobreza e na redução das desigualdades. Em 2014, o programa foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como fundamental para a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome. O país reduziu em 82% o número de pessoas subalimentadas entre 2002 e 2013.

A Bolsa Família, aliado à integração de diversas ações para redução da pobreza, também colaborou para que o Brasil fosse um dos países que mais contribuiu para o alcance global do 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de reduzir, até 2015, a pobreza extrema à metade do nível de 1990.

O país superou a meta, reduzindo os índices de 25,5% para 3,5%. Quanto à mortalidade infantil, a integração do programa com outras políticas sociais permitiu uma redução bem acima da média mundial. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil reduziu o índice em 73% em relação aos níveis de 1990, enquanto a redução mundial foi de 53%.

Segundo Campello, além de complementar a renda de milhões de brasileiros, o Bolsa Família também faz a economia local girar. “Cada R\$ 1 investido no programa se transforma em R\$ 1,78 no PIB [Produto Interno Bruto]. Investimos em torno de 0,5% do PIB para chegar a 14 milhões de pessoas”.

Nos 12 anos do programa, ressaltou a ministra, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. O Bolsa Família também é responsável por manter 97% dos 17 milhões de crianças e adolescentes na escola. Além disso, 9 milhões de famílias são acompanhadas nas unidades de saúde.

Os autores que se debruçaram sobre o assunto sugerem que a focalização do Bolsa Família se manteve muito boa, apesar da forte expansão do número de beneficiários, o que explica os baixos custos do programa (0,5% do produto interno bruto – PIB) e seus significativos impactos na redução da extrema pobreza – estima-se que ela seria entre um

terço e metade maior sem o Bolsa Família. O PBF também teve influência relevante na diminuição da desigualdade de rendimentos, explicando entre 12% e 21% da forte redução recente do coeficiente de Gini (SOARES et al., 2010).

A experiência brasileira com o Programa Bolsa Família foi destaque em um simpósio internacional, no México, sobre iniciativas de transferência de renda que aliam ações em áreas como saúde e educação. Realizado entre os dias 28 e 30 de setembro, o evento contou com a presença do secretário nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Tiago Falcão, que falou sobre a trajetória exitosa do programa.

Segundo Campello (2010), conjuntamente, o Bolsa Família e o Cadastro Único proporcionaram uma base sólida para a expansão e a consolidação, de forma articulada, das políticas voltadas à população mais vulnerável. Ao mesmo tempo, o BSM representa um desafio constante para a qualidade do Cadastro Único e do PBF, pois seu sucesso depende da boa cobertura e da focalização de ambos.

2.3. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O PBF foi criado com a finalidade de unificar a gestão e execução das ações de transferência de renda de outros programas pré-existentis: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero.

Tem hoje cerca de 14 milhões de famílias beneficiárias. O programa de transferência de renda do governo federal é voltado para famílias extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$ 85,00) e pobres (renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00). No mês de dezembro de 2016, a folha de pagamento do programa alcançou R\$ 2,5 bilhões.

O Bolsa Família é um programa federal, mas, para que ele funcione efetivamente, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios precisam conjugar esforços, trabalhando de forma compartilhada. Assim, todos são corresponsáveis pela implementação do programa, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social.

A gestão do Bolsa Família bem como a do Cadastro Único é descentralizada, com competências específicas para cada ente da Federação, mas sempre articuladas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem um instrumento que mede a qualidade da gestão em âmbito estadual e municipal. Trata-se do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e, com base nele, o governo federal repassa recursos para apoiar as ações em cada local.

Também é atribuição dos municípios manter atualizados os dados das famílias quanto ao cumprimento das condicionalidades. Para isto, os gestores municipais recebem apoio técnico e capacitação dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS), que consolidam as informações sobre a frequência escolar e o acompanhamento médico. O não cumprimento das contrapartidas pelas famílias implica advertência, bloqueio e suspensão do benefício.

Quanto as condicionalidades, Cohn e Fonseca(2004, p.14) assim posicionam:

As condicionalidades são concebidas como um contrato entre as partes, para que as famílias invistam naquilo que permitirá o desenvolvimento de suas capacidades para que possam, com a presença de políticas governamentais de natureza mais estrutural, dispor de condições mínimas necessárias para garantir para si a possibilidade de um processo de inclusão social sustentável.

Segundo dados do MDSA quase 14 milhões de crianças que integram o Programa Bolsa Família tiveram a frequência escolar registrada pelo governo federal no bimestre de junho a julho deste ano. Desse total, 95,55% cumpriram o mínimo de presença exigido, de 85% (crianças e jovens de 6 a 15 anos) e de 75% (jovens de 16 e 17 anos).

O monitoramento contínuo da assiduidade dos alunos integra as chamadas condicionalidades do Bolsa Família, que são compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de saúde e educação. Manter os filhos na escola está entre as condições para que as famílias sigam recebendo o benefício.

O diretor de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Eduardo Pereira, ressalta que o acesso à educação é fundamental para que crianças e jovens possam ter mais oportunidades de trabalho no futuro e melhores condições de vida, o que contribui para a redução das desigualdades sociais.

“A idéia é que se incremente o capital humano destas crianças e jovens fazendo com que elas tenham maior frequência na escola e, assim, quando crescerem, possam ter mais chances de superarem as condições de pobreza dos seus pais”, afirma Pereira.

O registro do acompanhamento da frequência escolar é realizado cinco vezes ao ano, por meio do Sistema Presença, do Ministério da Educação. Caso não cumpra o mínimo exigido, a família recebe uma advertência, o que não afeta o recebimento do benefício.

Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apóia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais (CAMPELLO; NERI, 2010).

O Programa Bolsa Família é um exemplo de política de transferência de renda que contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade social sendo este um caminho para o desenvolvimento, pois através do acesso a renda muitas famílias mostraram avanços significativos em seu bem-estar social, seja no acesso a saúde, educação, alimentação, trabalho entre outras.

3. METODOLOGIA

O estudo se deu no município de Quilombo - SC, no ano de 2016, tendo como objeto de pesquisa analisar as contribuições do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social e econômico. Apresenta uma abordagem qualitativa, que segundo Neto (1994) o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. O público da pesquisa foi obtido no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, tendo um total de 226 famílias no município no mês de dezembro de 2016, tendo uma amostra de 22 famílias. Os formulários de entrevistas foram aplicados no mês de dezembro de 2016, na zona urbana, com realização de visitas nos domicílios das beneficiárias. O estudo contou com uma pesquisa descritiva e de levantamento de dados. Para coleta dos dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada com roteiro aberto e de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de internet e observações.

O município de Quilombo está localizado na região oeste de Santa Catarina e possuem uma população de 10.248 habitantes. O desenvolvimento econômico tem uma maior participação no setor de serviços que é o mais dinâmico da economia. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,73, considerado médio, PIB de 44.081,62.

A gestão da Bolsa Família no município é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, instâncias de controle social. O cadastramento das famílias é feito através do Cadastro Único a partir de demandas espontâneas e por meio da busca ativa. Segundo informações do Ministério de

Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, no mês de dezembro de 2016, o valor a ser repassado será de R\$ 2,4 bilhões aos beneficiários do Programa Bolsa Família em todo o país. O benefício será pago a 13,5 milhões de famílias. No Estado de Santa Catarina o valor pago será de R\$ 20.010.809,00, beneficiando 122.594 famílias e no município de Quilombo o valor repassado no mês será de R\$ 39.312,00, beneficiando 226 famílias com valor de repasse médio por benefício de R\$173, 95 reais.

Para a análise dos dados foi realizado a descrição e interpretação, caracterizando o perfil dos beneficiários, consumo das famílias, grau de dependência das famílias em relação à Bolsa Família e contribuição do programa em relação melhorias de vida.

4. RESULTADOS

Inicialmente apresenta-se o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em seguida os resultados em relação às questões referentes aos consumos das famílias com o recurso; sua opinião sobre o programa referente às melhorias nas condições de vida, como nas condições de créditos na compra a prazo; sobre as consequências para a família se ocorresse a suspensão do programa; se após a inserção no programa obteve emprego com carteira assinada; e o grau de dependência da família em relação ao recurso da Bolsa Família.

Através da pesquisa de campo realizada no mês de dezembro de 2016 com vinte e duas (22) beneficiárias (os) verificou-se que predomina o sexo feminino, com 91% das responsáveis pelos benefícios e apenas 9% dos entrevistados são do sexo masculino. Um beneficiário reside sozinho e o outro possui o seu nome no cartão devido na época do cadastramento sua companheira ser menor de idade não podendo ser a responsável. Esta situação atende ao Art. 20 § 14 da Lei Nº 10.836, ao determinar que: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher”.

Pesquisas anteriores sobre o perfil dos responsáveis familiares mostrou resultados semelhantes a esta pesquisa, demonstrando que as mulheres são as titulares do cartão do benefício e responsáveis pela administração do recurso. No estudo de Milanez e Silva (2016) ficou constatado que 90% dos cinquenta entrevistados eram do sexo feminino. Este resultado é semelhante àquele encontrado no estudo realizado por (PIRES, 2008) sobre o perfil do responsável pelo PBF na cidade de Campinas (SP), em que 94,1% são mulheres as responsáveis pelo benefício.

Em pesquisa realizada pelo IPEA e o MDS em 2013, referente aos 10 anos de existência do PBF revelou que o acesso ao benefício reduziu o número de filhos, pois as mulheres com renda ampliaram o uso de métodos contraceptivos dando mais autonomia para as mulheres em relação aos direitos sociais.

Quanto ao grau de instrução da responsável familiar, ilustrado na tabela 1, verifica-se que o nível de escolaridade é baixo. Mais da metade (65%) declara ter ensino fundamental incompleto e (4%) sem instrução. O grau de instrução mais elevado é o primeiro ano do Ensino Médio. A baixa escolaridade pode ser um fator prejudicial para a inserção das responsáveis familiares no mercado de trabalho, excluindo do acesso à renda e muitas vezes se sujeitando a trabalhos precários sem a garantia dos direitos sociais.

Tabela 1 – Grau de instrução dos entrevistados

Grau de instrução	Nº de entrevistados
Sem instrução	01
Fundamental incompleto	15
Fundamental completo	03
Ensino Médio incompleto	03

Em relação à composição familiar foi identificado que as famílias são constituídas com poucos membros, sendo que 45% são compostas com quatro pessoas; 18% com seis pessoas; 14% com três pessoas; 9% com cinco pessoas; 9% com duas pessoas e 5% com uma pessoa. Estes dados demonstram que as famílias estão reduzindo o número de filhos e também mostra que são contrários aos comentários que a sociedade utiliza quando se refere às famílias pobres como as que mais possuem filhos e que o Programa Bolsa família incentiva a ter mais filhos.

O perfil referente às profissões e renda familiar foi identificado que 68% das entrevistadas encontram-se desempregadas, trabalhando com os afazeres domésticos, tendo como renda o benefício de prestação continuada BPC, (um caso), pensão por morte do companheiro (um caso), pensão alimentícia dos filhos (três casos), auxílio doença (dois casos), faxineira (dois casos), servente de pedreiro (um caso), empregada doméstica (um caso). Apenas três entrevistados trabalham com carteira assinado sendo dois na função auxiliar de produção em frigorífico e uma pessoa como auxiliar de Serviços Gerais, servidora pública na Prefeitura.

Também foram identificados dois casos que tem como renda o benefício do Programa Bolsa família e as demais depende da renda do companheiro que trabalham nas seguintes profissões: servente de pedreiro, serviços gerais, sendo que nenhum deles possui carteira de trabalho, exercendo trabalhos de diaristas na informalidade.

Na tabela 2 apresenta-se a renda das famílias:

Tabela 2 – Grau de instrução dos entrevistados

Salários	Nº de Entrevistados
Menos de um salário mínimo	13
Um salário mínimo	06
Mais de um salário	03

Percebe-se que o perfil de renda familiar é extremamente baixo, onde 13,59% das famílias tinham como renda antes de receber o Bolsa família menos que um salário mínimo, estas famílias estão na extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até R\$85,00. E 6,27% recebem um salário mínimo e apenas 3,14% possui renda com mais de um salário mínimo.

Constata-se que o Programa Bolsa família contribui para que as famílias tenham acesso à renda, pois sem o benefício muitas famílias vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. A seguir, pode-se verificar que o acesso ao benefício gera impacto positivo para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias.

Ao responder as perguntas, as entrevistadas expressaram suas opiniões sobre o PBF e todas foram unânimes ao afirmar sobre o que fazem com o dinheiro e se o acesso ao programa melhorou as condições de saúde, educação e alimentação. No uso do recurso, prevaleceu à compra de alimentos, seguido de vestuários, material escolar, material de higiene, pagar conta de energia elétrica, água, aluguel, medicação e fraldas.

Segundo pesquisas anteriores, o Bolsa Família vem apresentando resultados positivos na redução da desnutrição e insegurança alimentar e nutricional. O acesso a alimentação com melhor qualidade e diversidade de produtos, trazem benefícios que refletem na vida dos beneficiários em relação às condições de saúde, prevenindo situações de desnutrição e mortalidade infantil. Também reflete na educação porque as crianças estando mais bem alimentadas contribuem com a aprendizagem, reduzindo os indicadores de evasão escolar, permitindo melhores médias, frequência e aprovação.

Neste sentido, o programa tem alcançado com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza, através do acesso a renda, mesmo que seja pouco como declaram os pesquisados o

recurso faz toda a diferença para as famílias alcançar a garantia de seus direitos considerados básicos.

Em relação à opinião dos entrevistados referente às condições de créditos e compras a prazos com o bolsa família, pode-se constatar que o dinheiro não é utilizado para fazer compras a prazo, outros disseram que até tentaram, mas não foi aceito como renda, poucos disseram que fizeram uso para comprar alimentos, roupas e medicamentos, outros não sabiam que poderiam comprar e também sentem medo, pois ultimamente estão cortando os benefícios, quando vão receber está cancelado não é uma renda certa.

Em relação à pergunta de quais seriam as consequências para as famílias se ocorresse à suspensão do programa, as famílias declararam que sentiriam muita falta. As falas das entrevistadas assim relatam:

Sentiria muita falta, ficaria mais complicado ainda, sem renda faltariam os alimentos, ficava sem água, faria falta para os estudos das crianças, não conseguiria comprar o material escolar dos filhos, sentiria falta para comprar as coisas, pois sem trabalho fica difícil, é pouco mais ajuda muito, sentiria falta para comprar os medicamentos.

Percebe-se que as famílias declararam que o acesso ao benefício traz resultados positivos, sem o benefício à situação das famílias seria bem pior, pois muitas relataram que faltariam os alimentos e até água, pois com esta renda utilizam para comprar e pagar as contas de energia e água. Vê-se na fala de um entrevistado que tem como única renda o recurso do Bolsa família: “se cortasse o Bolsa família, fico sem água, pois recebo 85 reais e pago a água e o resto utilizo para comprar material de higiene, o alimento consigo pedindo ajuda para os amigos, mas a água não dá, tem que pagar a conta se não fica sem.”

Outra questão que foi perguntado aos beneficiários foi em relação se após a inserção no programa obteve emprego com carteira assinada e quanto tempo. Doze (12) responderam que tiveram emprego com carteira assinada e Dez (10) responderam que não.

Em relação ao tempo, uma pessoa faz 18 anos que trabalha e já tinha a carteira assinada antes de começar a receber o Bolsa Família. Uma pessoa (03anos), duas pessoas (02 anos), duas pessoas (1 ano e 6 meses) uma (11 meses) uma pessoa (9 meses), uma (08 meses) uma pessoa (4 meses) uma pessoa (3 meses). Três entrevistadas que não tiveram a carteira assinada trabalharam de diarista, faxineira e doméstica e seis disseram que nunca trabalharam, justificando ter filhos pequenos, ter problema de saúde, filho com deficiência que precisa dos seus cuidados.

Percebe-se que as famílias buscaram inserção ao mercado de trabalho, porém o tempo de permanência no emprego da maioria das beneficiárias é pequeno, justificaram que trabalhar em frigorífico é difícil, que a empresa que trabalhava faliu ou foram demitidas.

Para analisar o grau de dependência do beneficiário com o Bolsa família foi abordada a seguinte pergunta. Qual o grau de dependência da bolsa família para sua família satisfazer as necessidades básicas de alimentação e higiene? Tendo como alternativas de escolhas: muito elevado, elevado, indiferente, baixo, muito baixo.

Quinze (15) entrevistados responderam muito elevado; 4 pessoas elevado e 3 pessoas baixo. Para os entrevistados o pouco faz muita diferença, pois contribui muito na renda familiar, melhorando a sua qualidade de vida e das famílias.

De acordo com a pesquisa percebe-se que as famílias possuem pouca escolaridade, dificultando no acesso ao mercado de trabalho. A renda das famílias é baixa, menos que um salário mínimo e o grau de dependência do programa é elevado. Como declarado, sem o benefício algumas famílias não teriam nenhuma renda, deixando-as em situação com mais vulnerabilidade social. Sendo fundamental a existência de políticas sociais de transferência de renda com objetivo amenizar a situação de vulnerabilidade social e garantir as famílias melhores condições de vida, contribuindo para emancipação dos grupos familiares e para o

desenvolvimento local sustentável e promove o acesso à rede de serviços públicos, e especial de saúde, educação e assistência social, evitando que as famílias em decorrência da pobreza tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

5. CONCLUSÕES

Este estudo teve o propósito identificar questões relativas à contribuição do Bolsa Família para o desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo- SC. Através desta pesquisa, percebeu-se que as políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do município, contribuindo positivamente na economia local. Através do acesso à renda as famílias possuem maior poder de compra e consumo, melhorando sua qualidade de vidas, bem como no acesso aos direitos sociais.

Identificou-se através deste estudo, que o não acesso ao programa impactaria negativamente no desenvolvimento local, as famílias estariam em piores condições de vulnerabilidade social, em situação de risco, conforme se identificou nas entrevistas. Quando questionado sobre as consequências para as famílias se o benefício fosse cancelado, declararam que: “faria muita falta, ficariam sem alimentos, sem água, prejudicaria os estudos dos filhos entre outros”.

Percebeu-se que grande parte das famílias possui baixa escolaridade, estão desempregadas ou trabalham no mercado informal, sendo estes fatores prejudiciais para as famílias alcançarem o acesso à renda para garantir as necessidades básicas, ficando a margem de diversas vulnerabilidades sociais.

Este programa contribui positivamente para melhoria na qualidade de suas vidas, principalmente para o consumo de alimentação, onde todos os entrevistados responderam que utilizam o recurso para comprar os alimentos que sem o benefício à situação de pobreza seria maior, prejudicando o desenvolvimento do município, em relação às políticas públicas como: saúde, educação e assistência social.

Também se pode avaliar que o programa não só traz para as famílias o acesso a renda, como qualidade de vida as famílias possuem mais poder de compra, fazendo a economia do município girar, pois o consumo dos produtos é investido no município, onde compram os alimentos, vestuário, material escolar, pagam contas de energia elétrica, água e aluguel.

A descentralização da implementação do programa Bolsa Família para a área de assistência social nos municípios foi extremamente importante para o fortalecimento da política, proporcionando maior acesso a população usuária, porém percebe-se que ainda há muito que fazer. A ideia da criação do Programa não deixa dúvida que vem contribuindo positivamente na redução de diversas questões sociais, como: redução da fome, pobreza, no acesso à educação, saúde, alimentação entre outras, mas é preciso investir urgentemente na emancipação dos beneficiários para que estes possam participar efetivamente nas decisões políticas, tornando-se sujeitos na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e de inclusão social.

Finalmente, frisa-se que o investimento em políticas sociais de transferência de renda é fundamental para o desenvolvimento social, econômico do ser humano, e sem um olhar focalizado para as classes sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social não é possível alcançar avanços efetivos na melhoria das desigualdades sociais e redução da pobreza e nem desenvolvimento, sendo necessário a emancipação das pessoas.

REFERÊNCIAS

Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios /organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010.2 v. (366p.).

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa>.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>.

CAMPELO, Tereza; NÉRI, Marcelo C. **Programa Bolsa família: Uma década de inclusão e cidadania**: Sumário executivo/organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri-Brasília: Ipea, 2013.494p. : mapas, tabs.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.

COHN, Amélia e FONSECA, Ana Maria. O Bolsa Família e a questão social. In. Teoria e Debate nº57, março/abril 2004.

CORREA, Juciane S. **As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar**: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. UNIFRA, Santa Maria RS.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. Minayo, M. S. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petropolis: Vozes, 1994.cap.3 p. 51-64.

LIMA, A. C. da Cruz; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: O caso do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MILANEZ C. A. da S. SILVA, C. M. **A importância do Bolsa Família sobre a economia do Município de Antônio Gonçalves – Bahia**. Id on Line Rev. Psic. V.10, N. 30. Supl 3, Julho/2016 - ISSN 1981-1179.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, maio/ago.2002.

SLIWIANY, Regina Maria. **Estatística social: como medir a qualidade de vida**. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SOARES, S.et.al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: ABRÃO, J. de C. ; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-20010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TAVARES, P. A; PAZELLO, E. T; FERNANDES, R.; CAMELO R. de S. **Uma Avaliação do Programa Bolsa Família: Focalização e Impacto na Distribuição de Renda e Pobreza**. Novembro, 2009.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Território no Brasil**. Editora Argos, 2015.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo:Saraiva, 1998.